

PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS CIDADES PEQUENAS

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PROPOSALS FOR THE STUDY OF SMALL TOWNS

Eliseu Sposito¹

Resumo: Partindo de perguntas estimuladoras, delinheio uma proposta metodológica para o estudo das cidades pequenas, considerando sua importância tanto na rede urbana brasileira quanto ao número de habitantes que elas comportam. Para isso, levo em consideração a definição de cidade pequena e elementos teóricos que podem ser identificados nelas para, em seguida, organizar um conjunto de princípios metodológicos que podem ser seguidos no processo investigativo, delineados em pares contraditórios, categorias e conceitos.

Palavras-chave: produção do conhecimento; método; metodologias; cidade pequena.

Abstract: Starting with stimulating questions, I outline a methodological proposal for the study of small towns, considering their importance both in the Brazilian urban network and in terms of the number of inhabitants they contain. To do this, I take into account the definition of a small town and the theoretical elements that can be identified in them, and then organise a set of methodological principles that can be followed in the research process, outlined in contradictory pairs, categories and concepts.

Key-words: knowledge production, method, methodologies, small town

Data de submissão: 11.10.2024

Data de aprovação: 03.12.2024

Identificação e disponibilidade:

(<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/4670>,
<http://dx.doi.org/10.18066/revistaunivap.v30i69.4670>).

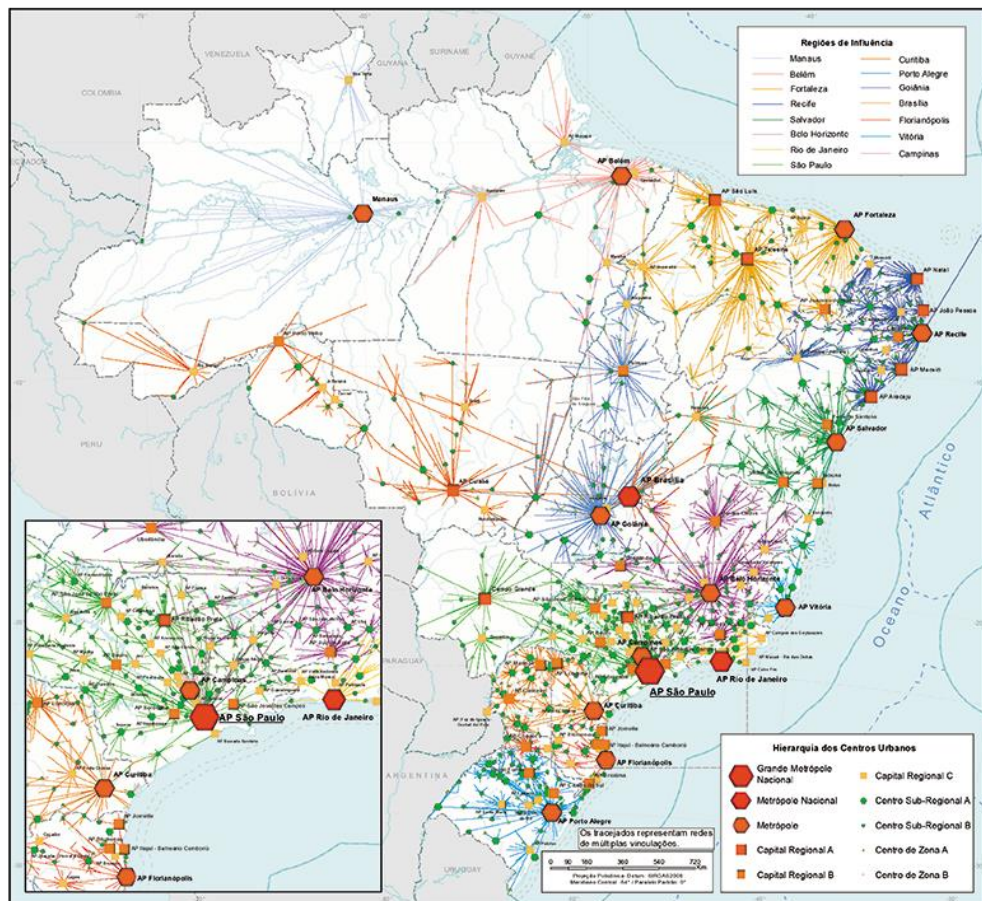
1 INTRODUÇÃO

A rede urbana brasileira é formada por municípios com diferentes tamanhos e importância socioeconômica. Segundo o IBGE (2018), em seu estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (figura 1), mostra-se que ela é constituída por uma grande metrópole nacional, duas metrópoles nacionais, 12 metrópoles, nove capitais regionais A, 24 capitais regionais B, 64 capitais regionais C, 96 centros sub-regionais A, 256 centros sub-regionais B, 147 centros de zona A e 251 centros de zona B. Como a rede é organizada hierarquicamente, em sentido vertical, a partir da grande metrópole nacional, as cidades pequenas desaparecem do mapa. Este é um aspecto importante a se considerar quando temos uma cartografia organizada no sentido dedutivo que não chega aos gradientes de menor população nos municípios brasileiros e de suas relações com os outros municípios de maior tamanho e importância. Uma inversão no sentido, partindo dos menores municípios para os maiores, permite chegar a números importantes.

¹ Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Membro da Rede de Pesquisadores ReCiMe, desde 2006), Mikripoli (Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, desde 2020). E-mail: eliseu.sposito@unesp.br.

Para reiterar a importância da rede urbana brasileira, segundo a inteligência artificial, a hierarquia das cidades brasileiras é definida por diferentes níveis de urbanização e influência, que incluem: grandes metrópoles nacionais (como São Paulo), metrópoles nacionais, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona. Essa classificação reflete a interdependência entre as cidades, considerando seu porte e a influência que exercem sobre a região².

Figura 1 – Mapa da Rede urbana – Brasil - 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018.

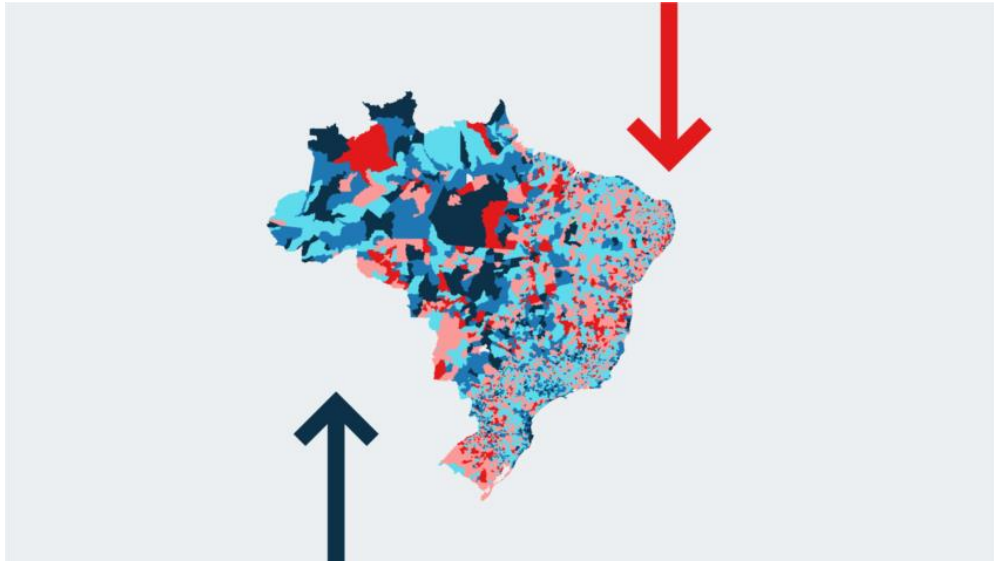
Do total de 5.570 municípios existentes no país, 1.324 têm até 5 mil habitantes, de acordo com o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022. Aumentando o limite populacional, 3.935 municípios contam com 20.000 habitantes ou menos, o que equivale a 70,6% dos municípios brasileiros, onde vivem 15,5% da população do país, ou seja, aproximadamente 33 milhões de habitantes.

Se o número de municípios é grande e a porcentagem da população que aí vive é pequena em termos relativos, não se pode negligenciar que, em termos absolutos, o total de 33 milhões de pessoas é significativo e se torna motivo para estudos geográficos. É um total semelhante ao de países como Uzbequistão, Peru e Malásia, e maior que países como Austrália, Romênia, Chile e Países Baixos, por exemplo. São muitos seres humanos para serem negligenciados nos estudos geográficos. Tanto é assim que um aspecto que merece atenção emergiu no censo de 2022: a maior parte deles teve diminuição populacional entre 2010 e 2022, como mostram os

² Resposta a uma pergunta feita, livremente, à IA, em 1 de outubro de 2024.

mapas (figuras 2 e 3).

Figura 2 - Brasil. Acréscimo e decréscimo populacional por município. 2022.

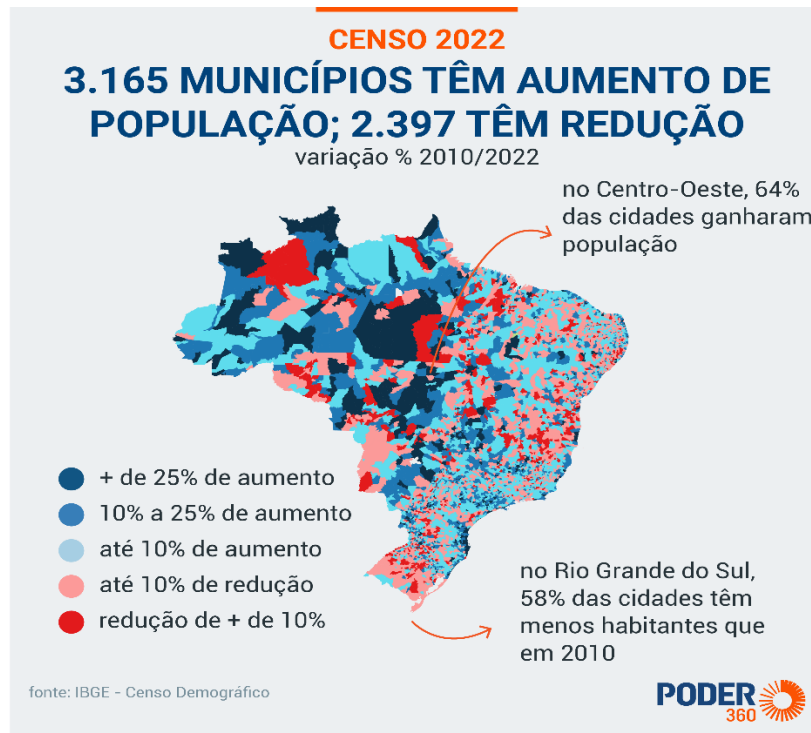


Fonte: Poder360 (2023a).

Nos mapas 2 e 3 podemos observar que não há nenhuma grande região brasileira que não tenha tido municípios com decréscimo populacional entre 2010 e 2022. Há áreas que aparecem com mais evidência em comparação com outras: a área dos pampas gaúchos, o norte de Minas Gerais e o sul da Bahia, parte da área dominada pelo bioma da caatinga, compreendendo partes do Piauí e Ceará, o interior do Maranhão com grande destaque e mesmo, áreas com povoamento mais recente, como o interior de Rondônia, o sul do Pará e parte de Mato Grosso, tiveram perda de população. Os valores negativos são relativos, predominantemente, no universo das cidades pequenas, como se observa nos mapas 2 e 3.

Se, historicamente, o litoral brasileiro foi ocupado antes da hinterlândia, mesmo que tenha havido crescimento em municípios no interior do país, o crescimento populacional na costa atlântica continua evidente, destacando-se Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará e São Paulo. Por outro lado, é possível observar certa diminuição populacional nos municípios da costa do nordeste. Essas comparações mostram que a mobilidade territorial da população brasileira é um fato, que esse fato deve ser preocupação de estudos geográficos, e que ele atinge, predominantemente, as cidades pequenas, mas que, mesmo pequenas, as cidades existem e devem ser objetos de análise, partindo-se, do ponto de vista quantitativo, da abordagem demográfica para se debruçar em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. No mapa 3 podemos ver que a redução do número de habitantes foi, em alguns casos, de mais de 10% da população e isso chama a atenção porque, do lado oposto, houve cidades que tiveram mais de 25% de aumento populacional, e isso se refere, principalmente, às áreas metropolitanas, em primeiro lugar e, em segundo lugar, aos municípios de ocupação recente situados no arco oriental de desmatamento da floresta amazônica. Esses fatos contraditórios marcam, portanto, a urbanização brasileira contemporânea.

Figura 3 - Brasil. Variações no acréscimo e decréscimo populacional por município. 2010-2022.



Fonte: Poder360 (2023b).

Para terminar a demonstração da importância de se preocupar com estudos dos pequenos municípios (doravante vou me referir, preferencialmente, a cidades pequenas), é importante observar o mapa (figura 4) que demonstra, em termos quantitativos, o número de municípios com população de até 20 mil habitantes.

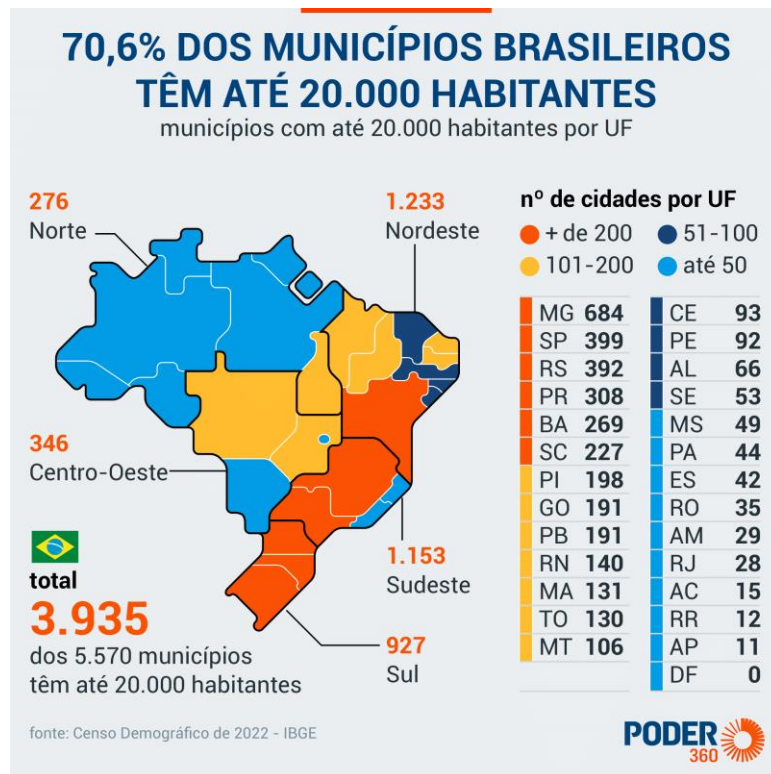
PERGUNTAR É PRECISO

A introdução do texto mostrou as tendências atuais da urbanização brasileira em seus aspectos demográficos. Para colocar, cada vez mais, foco nas cidades pequenas, vou apresentar algumas perguntas para iniciar a exposição e, depois, quando delinear as respostas, vou tentar mostrar alguns aspectos teóricos e metodológicos que considero importantes.

As perguntas são:

1. Quais são as condições regionais (REGIC) para entender o papel das cidades pequenas? O que é, enfim, uma cidade pequena? É o tamanho habitacional? Até quantos habitantes podemos utilizar como limiar? É possível trabalhar apenas com três níveis (cidades grandes ou metropolitanas, médias e pequenas?)
2. É possível pensar em estruturação ou reestruturação urbana (relativa à rede urbana) e da cidade (relativa ao tecido urbano) no universo das cidades pequenas?
3. É possível produzir raridades nas cidades pequenas? Pois que elas (as raridades) não abrangem todo o espaço urbano, mas partes dele. Por outro lado, há um limiar para que os agentes econômicos incorporem raridades nas cidades pequenas?
4. Há estruturas monocêntricas ou policêntricas nos pequenos centros urbanos?

Figura 4 - Brasil. Municípios com 20 mil habitantes ou menos por estado. 2022



Fonte: Poder360. (2023c)

5. Como identificar agentes, pistas, elementos etc. para compreender se há valorização, mercantilização, hierarquização e segmentação do espaço urbano nas cidades pequenas?
6. As superfícies de consumo são, geralmente, ligadas ao circuito inferior da economia urbana?
7. Nas cidades médias é possível identificar o papel dos agentes, seus capitais e suas estratégias (tradicionais e atuais), como forma de capturar suas linhas de contato e fricção. E nas cidades pequenas?
8. Consumo produtivo e consumo consuntivo do espaço (além de mercadorias, energias): como pensar esses aspectos nas cidades pequenas?
9. É possível afirmar que a política urbana ainda é um instrumento indispensável tanto para o funcionamento do mercado como para a configuração espacial da cidade pequena?
10. Há tendência à produção de espaços exclusivos nas cidades pequenas?

RESPONDER NÃO É FÁCIL

Inicialmente, vou lembrar, referindo-me a alguns autores, o que pode ser a definição de cidade pequena: é aquela que se caracteriza por “baixa articulação com seu entorno, atividades econômicas predominantemente conectadas aos serviços públicos, baixa capacidade de oferecer serviços (incluindo os mais básicos, como saúde e educação) e predominância de atividades rurais” (Bartoli, Costa, Montoia, 2023). Podemos, também, partir de outra inquietação baseada na pergunta: Como as cidades surgem?

Desde os primeiros patrimônios, com as doações iniciais de terras a um padroeiro que, muitas vezes, dava nome ao assentamento humano que, depois, se tornaria vila e cidade, como ocorreu, reiteradamente, no Brasil colônia, no Brasil império e nas primeiras décadas do Brasil república, até movimentos socioeconômicos delineados pela expansão de negócios, pelas necessidades de incorporar terras para a produção agrícola e para a exploração mineral, ou mesmo por ações de diferentes tipos (aquelas que visavam a valorização da terra, o estímulo à migração interna etc.). São inúmeras as formas que dão início às cidades e, sem ser tautológico, todas são fundadas (com exceção das capitais planejadas) em tamanho pequeno. Portanto, historicamente há diferenças na criação das cidades porque a “produção do espaço é um processo contínuo de construção, destruição, reforma, evolução, estruturação” (Sposito, 1990), levando-se em consideração que as formas e as relações se percebem como um espaço a produzir, um espaço em produção e espaço produzido, no dizer de Armando Corrêa da Silva (1982), cuja análise está bem detalhada em Claudino e Sposito (2024).

Uma categoria que está associada epistemologicamente ao espaço é o tempo, que pode ser entendido como medida dialética para se apreender o processo de produção da cidade, pois ele é uma referência necessária: “A *cidade pequena* possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* informacionais que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais etc.”, constituída por “características únicas que se combinam na produção desigual do espaço por meio das relações sociais que compõem a divisão territorial do trabalho” (Sposito, Silva, 2013, p. 23).

Para se estudar as cidades pequenas não devemos nos ater, apenas, a uma procura de definição. Há, para tentar entender sua realidade evidente na rede urbana brasileira, alguns temas que podem ser identificados e trabalhados sob diferentes prismáticas.

Começo pelos circuitos da economia urbana que tiveram mudanças teóricas e empíricas desde as formulações de Milton Santos (1979). Para ele, a “urbanização é um resultado do estágio correspondente, do mesmo modo que as outras formas de arrumação espacial: o estudo da produção do espaço deve funcionar como uma verdadeira teoria do espaço humano” (Santos, 1979, p. 5).

Com a preocupação de compreender a economia urbana a partir de e para os países subdesenvolvidos (na década de 1970 essa expressão era referência para os países do sul global), utilizando a modernização tecnológica como referencial importante, os dois circuitos da economia urbana seriam definidos pelo: “1) conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo”, o que seria identificado pelas diferenças de tecnologia e de organização (Santos, 1979, p. 33).

As características do circuito superior seriam:

1. comércio varejista moderno;
2. indústria, mesmo que, nos países subdesenvolvidos, representadas pelas servidões à tecnologia externa (equipamentos, *know-how*, capital etc.), e o comércio de exportação;
3. bancos, elo para a exportação de divisas a partir dos países subdesenvolvidos;
4. dependência ao setor externo, representado por firmas multinacionais e conglomerados (Sposito, 2023, p. 441).

O Estado seria outro componente importante para a definição do circuito superior por meio de suas políticas de desenvolvimento, financiando e favorecendo as grandes firmas pelas políticas de impostos e como fornecedor de infraestruturas, que se empobrece paulatinamente, tornando-se assim cada vez “menos Estado” (Sposito, 2023, p. 442).

Em contraposição, o circuito inferior seria caracterizado por: “1. subemprego, não emprego ou terceirização; 2. pobreza, tanto no campo quanto na cidade, gerando explorados e oprimidos e não econômica ou politicamente marginais; 3. ser original e complexo”, compreendo, segundo Santos (1979, p. 155), “a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie”, cujas unidades “de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pulverização de atividades e estoques reduzidos (trabalho em casa e vendedores de rua)” (Sposito, 2023, pp. 442-443). A comparação entre os dois circuitos por meio de suas características pode ser vista na tabela 1, em Sposito (2023, p. 446).

Silveira tem colocado a teoria à prova, verticalizando as possibilidades de entendê-la na cidade contemporânea. Para Silveira (2016, p. 82), “a técnica contemporânea possibilita um leque de usos, com a ativa participação de uma nova porção marginal do circuito superior e do circuito inferior”, lembrando que o circuito intermediário, que já fora proposto por Santos (1979), é uma referência fundamental para se entender a economia urbana.

Outras determinações são importantes: o consumo que tem sua expansão concomitante a uma “mudança na composição de ofertas e demandas própria do circuito superior” (Silveira, 2016, p. 83). Essa mudança, associada ao crescimento “das grandes empresas em tamanho e poder por acumulação ou por fusões e aquisições” (p. 83), não negligencia “as reformulações das políticas dos Estados, amparadas no discurso da modernização e do crescimento, do aumento do número de empregos ou no suposto desenvolvimento de um projeto nacional e o fortalecimento do mercado interno”, movimentado pelos fluxos migratórios em termos de novos destinos, volumes e frequência (Silveira, 2016, pp. 84-85). Finalmente, a crescente relevância do setor financeiro “além do sistema bancário transforma a estrutura do consumo e da produção, a oferta de crédito, a quantidade e a velocidade do dinheiro” (Silveira, 2016, p. 86), fortalecendo o circuito intermediário.

Voltando para o universo das cidades pequenas, eis aí uma possibilidade de se compreender sua dinâmica urbana para verificar sua complexidade no espaço e no tempo.

Outro aspecto que quero lembrar para responder as perguntas levantadas, pode ser a produção imobiliária (aí compreendida a capacidade de os agentes promoverem

a produção e incorporação da renda fundiária) que pode estar, diferentemente das cidades médias e das metrópoles, restrita à relação entre terra urbana e terra rural e a relação entre valor de uso e valor de troca, em termos de valorização do espaço. A permanência de vazios urbanos, talvez, seja mais resultado do papel do poder público (na produção da moradia, por exemplo por meio de financiamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida) do que dos agentes particulares.

Atualmente, como difusão de formas de ganho, há a tendência à produção de espaços exclusivos (residenciais murados, por exemplo), mostrando que o capital imobiliário privado não precisa ser maciço, mas pode ser manifestação de pequenas acumulações (em terras, principalmente) nas cidades pequenas, principalmente aquelas mais “contaminadas” pelas cidades médias ou pelas metrópoles. Por outro lado, a produção patrocinada pelos programas públicos tem impacto relativamente importante nas cidades pequenas. Junto a isso se manifesta o mito da insegurança que leva a sistemas de monitoramento por câmeras, produzindo espaços exclusivos ocupados por população de baixa renda, aumentando o consumo consuntivo de equipamentos de segurança. Assim, novos conteúdos vão se manifestando, mudando partes da cidade pequena e, também, direcionando seu crescimento e modificando o preço da terra (aspecto ainda importante, mesmo que, numa cidade pequena, a mudança da terra rural para urbana ofereça gradiente pequeno do aumento dos preços num processo de metamorfose no uso da terra, como pode ser visto em Sposito, 1990).

Para se estudar a produção da moradia nas cidades há que se levar em consideração a localização em suas dimensões absoluta, relativa e relacional, para entender a sua potencialização como fator dinâmico na produção do espaço urbano. Nas cidades pequenas, a localização, quando focada do ponto de vista da mobilidade, não tem suas determinações condicionadas pelo transporte automotivo individual, embora isso seja dominante atualmente. Sabemos, no entanto, que há cidades na Amazônia, como Afuá, onde os deslocamentos são realizados a pé ou por bicicleta, ou como Tefé, onde os veículos particulares tornam-se mais problemas que soluções para a mobilidade. Em outras áreas no Brasil, a localização vai depender do papel dos investimentos públicos e do poder aquisitivo médio da população, além da locomoção relativa ao espaço rural.

Nas cidades médias e nas metrópoles estão, em curso, processos evidentes de segregação e fragmentação socioespacial. Não esquecendo da diferenciação socioespacial, é possível identificar esses processos nas cidades pequenas? A diferenciação é relação que se estabelece quando são focados aspectos como localização, situação, densidade urbana, produção agrícola, que influem na economia da cidade pequena etc. A segregação, por sua vez, pode se evidenciar por meio das diferentes formas manifestas no habitat (residências de alto custo, casas populares) mas, ao meu ver, a fragmentação (entendida como tomada de decisão de um tipo de situação em termos de localização e consumo diferenciado) pode se manifestar na rede urbana, dificilmente no espaço urbano (interno à cidade). Essa tríade (diferenciação, segregação e fragmentação) pode ser estudada nas cidades pequenas, mas em termos de complexidade, a diferenciação e a segregação podem ser verificadas com mais clareza, enquanto a fragmentação, dada a pouca complexidade do espaço urbano nelas, não deve ser processo que pode ser aí identificado, mas que é preciso ser verificado.

No contexto da rede urbana, do ponto de vista das relações heterárquicas (Catelan, 2013) e hierárquicas, as tendências neoliberais atingem as cidades pequenas como desdobramentos da proximidade e da incorporação de parcelas da

população ao mercado (consumidor, principalmente) das cidades médias e das metrópoles. Isso significa que há, através do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, relação direta das cidades pequenas entre si e com as cidades maiores e, até mesmo, com cidades do exterior.

Entende-se que a heterarquia urbana é uma forma de organização da rede urbana que se refere a um arranjo que não segue um modelo hierárquico rígido e preestabelecido, mas se refere a uma disposição mais flexível e descentralizada, onde diferentes áreas ou lugares podem ter níveis diversos de importância ou funcionalidade, dependendo do contexto, das interações sociais e das dinâmicas econômicas. Nesse sentido, a heterarquia serve para descrever a complexidade das relações urbanas contemporâneas, na qual diferentes espaços podem se relacionar de maneiras variadas e interdependentes, desafiando a ideia de que as cidades são organizadas de forma linear ou hierárquica, o que leva ao entendimento de que não se explica, tanto no âmbito da rede urbana quanto no âmbito da cidade, sua organização apenas pela divisão entre centros e periferias, porque é preciso ter uma visão mais abrangente das interações sociais e econômicas nas duas formas de cidades.

Hierarquia e heterarquia urbanas, em outras palavras (tomadas pelos fluxos de mercadorias e de informações), como desafio para situar as cidades pequenas nas redes urbanas (sejam próximas, sejam em escala nacional), permitem observar que elas competem e se complementam na formação de um par dialético. Além disso, a posição da cidade pequena na formação socioespacial (no Brasil, não há apenas uma) ajuda na elucidação de semelhanças e diferenças entre as cidades em termos de dinamismo local e regional, estruturação da cidade, composição demográfica etc. Outro aspecto que podemos trazer para verificar se há complexidade nas cidades pequenas é a noção de raridade. Enfocada no plural, as raridades são resultado da produção do mercado imobiliário com intermediação, muitas vezes, do poder público. Nas cidades pequenas esse movimento é sensivelmente pequeno porque as raridades não ocupam lugar nas preocupações dos agentes, como ocorre em cidades de outras dimensões, como as metrópoles e cidades médias.

É preciso verificar, do ponto de vista geográfico, os limites que limitam a produção de raridades nas cidades pequenas para estabelecer padrões e modelos que generalizam, particularizam ou colocam em dúvida suas características. Ao mesmo tempo e compondo um par contraditório importante para o estudo das cidades pequenas, as externalidades podem ter algum papel, principalmente quando levamos em consideração a rede urbana, em virtude dos efeitos das relações de localização e situação que engendram o dinamismo da economia local. Aqui posso falar em reestruturação urbana. Para citar dois exemplos: Álvares Machado em relação a Presidente Prudente, no estado de São Paulo, e Sarandi em relação a Maringá, no estado do Paraná, compõem dois processos de conurbação motivados pela proximidade e pelo dinamismo dos empreendimentos imobiliários que influem tanto na forma da cidade quanto em sua morfologia que pode, esta, ser visualizada pela mobilidade urbana. Por outro lado, é bom pensar, também, em cidades mais isoladas na rede urbana que têm áreas rurais mais extensas.

Aí emerge mais uma pergunta: como pensar as externalidades e as raridades nas cidades amazônicas? Em uma cidade pequena, como Realeza (PR), o campus da Universidade Federal da Fronteira Sul pode ser considerado uma raridade que, por seu papel na oferta de emprego, na atração de alunos, no consumo de energia elétrica etc., dinamiza a economia local (Casaril, 2024).

O consumo produtivo (matérias primas, insumos, energia, força de trabalho etc.)

e o consumo consuntivo (de mercadorias, de bens alimentares, do espaço urbano) nas cidades pequenas, podem ser identificados mais na sua relação com o espaço rural (produção de produtos para exportação – *commodities* – alimentos, minérios etc.). Esse par dialético tem a ver com a herança marxiana na Geografia e deverá, quando utilizado, ser focado segundo essa orientação teórica. Não basta falar apenas do consumo em termos quantitativos (por exemplo, quantas toneladas de insumos agrícolas são utilizadas no município para melhorar a qualidade da produção), mas verificar, de acordo com a capacidade dos agentes e das elites locais coordenarem processos de produção, como esses dados podem ser qualificados em termos de origem, poder de impacto no meio ambiente etc.

Outro caminho para se estudar as cidades pequenas, que pode ser considerado importante, é a recuperação de referências não recentes, mas utilizadas, em uma época da produção geográfica, com sua força explicativa. Estou falando do conceito básico-não básico (estabelecimentos, funções, alcance) que, no passado, era uma técnica para se estabelecer o perfil das cidades pequenas e se manifestava, cartograficamente, pelo que se chamou de planta funcional. A ideia subjacente a esse conceito serviu para relacionar as análises de processos e dinâmicas espaciais, especialmente no que diz respeito à compreensão dos centros urbanos e das relações entre áreas urbanas e rurais.

Essa distinção serve para analisar e entender a estrutura e a dinâmica das cidades, considerando como diferentes atividades econômicas e sociais que se organizam e se relacionam em um espaço geográfico. Em termos mais abrangentes, o conceito de "básico-não básico" é frequentemente utilizado em diversas áreas, como a educação, a filosofia e a análise social, para distinguir conteúdos, habilidades ou necessidades que são fundamentais (básicos) e aqueles que são mais complexos ou complementares (não básicos).

O básico refere-se ao que é fundamental, essencial ou necessário para a compreensão ou o funcionamento de algo. Na Geografia, com foco na cidade, ele é constituído pelas atividades econômicas que dão identidade a ela por se assentarem em empresas (industriais ou de serviços) que se diferenciam por sua natureza específica. Composto par com o básico, o não básico refere-se a atividades ou necessidades adicionais ou não sofisticadas, não sendo imprescindíveis para a compreensão inicial ou o funcionamento da cidade, mas que se repetem nelas porque fazem parte do abastecimento da população. Eles podem incluir, por exemplo, as atividades comerciais corriqueiras (abastecimento alimentar, de vestimentas, serviços de educação e saúde sem sofisticação etc.) que não diferenciam uma cidade da outra, constituindo-se numa repetição de atividades necessárias e óbvias. Em suma, na análise geográfica, certos elementos são essenciais para a compreensão do espaço e das relações sociais que nele ocorrem, enquanto outros são contextuais ou periféricos. Em outras palavras e focalizando a economia urbana, as atividades básicas são aquelas que trazem riqueza para a cidade, como indústrias e empresas exportadoras, e geralmente geram empregos e renda. As atividades não básicas são aquelas que fazem circular a riqueza existente na economia local, como comércio e serviços que atendem à população.

Um lembrete, neste momento, é importante: não se deve confundir o que foi exposto, do conceito básico-não básico nos estudos geográficos, com os conceitos básicos da Geografia que devem, na perspectiva das cidades pequenas, ser levados em consideração como lugar, região, território, espaço, tempo, paisagem e rede. Esses conceitos podem ser resumidos por sua essência: lugar como pertencimento, região como identidade e articulações, território como resultado de disputa e poder,

espaço como resultado de múltiplas determinações, tempo como elemento comparativo cronológico e anacrônico, paisagem como percepção visual do ambiente e rede como possibilidade de ir além da localização, para se pensar na situação.

Do ponto de vista da economia política, um caminho para se entender a realidade das cidades pequenas é verificar os princípios de Camagni (2005): aglomeração (ou sinergia), acessibilidade (ou competição espacial), interação espacial (ou da demanda de mobilidade e de contatos), hierarquia (ou da ordem das cidades) e competitividade (ou da base de exportação). No universo das cidades pequenas, esses princípios não são de fácil percepção tanto pela quantidade quanto pela qualidade. A acessibilidade, a interação espacial e a hierarquia (aqui associada à heterarquia) são aqueles princípios que podem ter alguma força no entendimento dessa totalidade em suas singularidades (que são as cidades). Os efeitos da aglomeração não se manifestam nas cidades pequenas porque a sinergia nelas e entre elas é pequena, salvo em casos daquelas que fazem parte de uma aglomeração urbana ou de área em processo de conurbação. A competitividade, por sua vez, vai depender da produção industrial (em Luanda, por exemplo, a produção de torneiras torna a cidade, centro regional de nível A, e seu entorno, um âmbito regional específico e diferente em relação a outros) ou da produção agrícola (tanto para o abastecimento local quanto voltada para a exportação, como é o caso dos municípios produtores de soja). Os efeitos das atividades, quando relacionadas à moradia em diferentes formas de habitat (conjuntos produzidos no âmbito de investimentos públicos, como do Programa Minha Casa Minha Vida ou loteamentos fechados, que já se manifestam como fenômeno imobiliário), podem definir particularidades que dão especificidade às cidades.

Para trabalhar esses aspectos teóricos, é fundamental conhecer e utilizar o método e seus elementos.

O MÉTODO E A METODOLOGIA SERVEM, ANTES DE MAIS, PARA PRODUZIR O CONHECIMENTO

O método é uma questão a ser levada em consideração no estudo das cidades pequenas. Para considerar o método, é importante lembrar seus elementos, principalmente as categorias e os conceitos (Sposito, 2004, 2020). Por outro lado, é necessário saber organizar os pares dialéticos ou contraditórios que permitem o entendimento, análise e explicação das cidades pequenas.

A categoria é a essência da realidade e seu grau de desenvolvimento dialético que pode ser apreendida pelo conhecimento. O conceito, por sua vez, é resultado da inteligência humana porque se constitui num conjunto de conhecimentos, elaborados por alguém, em algum momento e em algum lugar, que possibilita a análise e explicação da realidade.

Sobre as categorias, trago algumas. Em primeiro lugar, lembro de Milton Santos (1985) que defendeu a ideia de que o método, para a Geografia, seria a conjugação de quatro categorias: forma, função, estrutura e processo.

Antes, em 1977, Santos já tinha defendido que a formação econômico social seria tanto uma teoria quanto um método. No resumo de seu artigo, podemos ler:

O papel do espaço em relação à sociedade quase sempre foi minimizado pela Geografia. Pode dizer-se que a Geografia tem se interessado mais pela forma das coisas que por sua formação. A categoria de formação econômica e social parece adequada para ajudar à formulação de uma teoria do espaço válida. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações

espaciais. Trata-se, na realidade, de formação sócio espacial (Santos, 1977, p. 1).

Considero esta proposta como um fortalecimento do conceito de formação econômico-social de Marx pelo prisma de seus componentes ideológicos. Mas Milton Santos (1985) vai, mais tarde, propor quatro categorias fundamentais para os estudos geográficos, como já anotado antes: forma, função, estrutura e processo, que podem ser utilizados em qualquer ordem. A forma é a categoria mais afeita ao espaço porque pode ser identificada na cidade e no campo; função é o atributo da forma; o processo se refere à transformação contínua e a estrutura é como os elementos do espaço se articulam, se contradizem e se complementam.

Nas palavras de Milton Santos (1985):

forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (Santos, 1985, p. 50)

A noção de totalidade lembra a estrutura na relação entre sociedade e natureza. Essas considerações estão organizadas de maneira reduzida e quem quiser se aprofundar nelas, a obra de Milton Santos é muito rica para esse fim.

Além das categorias propostas por ele, não podemos negligenciar outras, tão importantes quanto aquelas, que serão apresentadas em pares dialéticos. Quantidade e qualidade se articulam e complementam pela representação numérica e pelos atributos do objeto. A qualidade, para Cheptulin (1982), “distingue uma coisa das outras, ou o que indica sua semelhança, é uma propriedade” (p. 203); a quantidade é qualquer soma das coisas estudadas ou de seus componentes. O par essência e fenômeno afirma suas contradições porque o fenômeno é a manifestação de alguma coisa, seja uma cidade, um bairro, um grupo social, uma cordilheira etc., e a essência se refere ao que define o conteúdo da coisa. Há, também, categorias que compõem em tríade: singular, particular e universal. O singular se refere à coisa, ao fenômeno, ao objeto em si; o universal contempla a totalidade, ou seja, todas as coisas dependendo do recorte da realidade que o geógrafo estabelece; e o particular significa todos os atributos que ligam a coisa à totalidade e a totalidade à coisa.

Para utilizar as categorias para um estudo geográfico, o primeiro passo é estabelecer critérios para o recorte analítico a ser estudado. Se é uma cidade, uma região, a relação cidade-campo em uma área específica etc.

Sposito (2009, p. 27-39) sugere cinco recortes para o estudo das cidades pequenas:

1. o dentro e o fora, por meio de uma delimitação territorial, sendo o que está dentro é o próprio objeto e o que está fora são os elementos em sua contextualização regional em termos econômicos e políticos, enfim, geográfica; a totalidade se faz, neste caso, tanto no âmbito do objeto quanto de sua relação com o que é próximo.
2. a relação público-privado pode ser verificada na valorização dos espaços públicos por meio de políticas governamentais ou, por outro lado,

verificada pela privatização dos espaços públicos, no controle de espaços exclusivos ou seus níveis de intensidade.

3. o par centro-periferia, nas cidades pequenas, pode ser pouco evidente porque, em muitos casos, há uma continuidade e não distinção clara entre os dois elementos, em termos das diferenças de conteúdos pela estruturação das partes da cidade. Assim, concentração, diferenciação, degradação e renovação das diferentes áreas, além de suas funcionalidades (áreas industriais, densidade do comércio e dos serviços), podem ser enfoques importantes para se compreender o espaço urbano, sem se esquecer de sua dimensão temporal. Ele pode ser visto, também, na escala regional da rede urbana, quando se comparam cidades pequenas entre si e cidades pequenas com cidades médias próximas que comandam um território definido.
4. a tensão entre circuito e fronteira, que pode ser importante para as cidades amazônicas; por exemplo, os circuitos (não apenas aqueles da economia urbana), mas os definidos pelos agentes econômicos em escala nacional e mundial que vão se disseminando por mais e mais territórios não excluem o papel das fronteiras, permeados por processos de articulação que trazem o novo e destroem o velho, estabelecendo novas relações. Esses elementos exigem a decisão de se decidir sobre quais informações e dados geográficos (ou variáveis, de forma mais ampla) são importantes para se entender e explicar uma cidade pequena.
5. o antes e o depois que pode ser definido como o par que dá a dimensão temporal da cidade, desde a origem, suas transformações em termos de tamanho, funcionalidade e papel na divisão territorial do trabalho, tomando-se como referência um corte temporal (século passado, décadas atuais etc.).

Além dos recortes sugeridos, precisamos lembrar de outras preocupações que temos que ter para o estudo das pequenas cidades. Em primeiro lugar, não é cientificamente correto tentar adaptar explicações teóricas elaboradas em áreas metropolitanas ou cidades grandes, cujas relações intra e interurbanas são mais densas e complexas. Não é necessário, por outro lado, minimizar as cidades pequenas considerando-as insignificantes para os estudos geográficos. Nenhuma das duas atitudes é relevante para um estudo científico.

É possível, para uma demonstração teórico-empírica como exemplo, estabelecer tipologias que permitam, de maneira organizada e comparativa, salientar semelhanças e diferenças entre as cidades pequenas. Silveira, Facin, Detoni (2024, p. 185-187), em seu estudo sobre as pequenas cidades na região de Santa Cruz do Sul – Lajeado, no Rio Grande do Sul, chegaram a uma classificação que pode servir como exemplo (não em termos absolutos, mas em termos relativos) para se entender outras realidades ou, a partir dela, organizar outras tipologias. Naquela região, a rede urbana é constituída por: 1) cidades pequenas no campo, 2) cidades pequenas no campo industrializado, 3) cidades pequenas centrais, e 4) cidades pequenas integrantes de aglomerados urbanos polarizados pelas cidades médias. Esses agrupamentos classificam, diferenciam e permitem fazer comparações entre elas, demonstrando que, mesmo em uma região que é parte de um estado da federação, há características próprias em cada uma das cidades, por menor que elas sejam, porque foram analisadas em seu contexto interno, mas, principalmente, em termos

regionais e nas relações com o campo.

Além do método e seus elementos, um estudo geográfico se faz, também, por meio das técnicas. Elas são um conjunto de mecanismos, quantitativos e qualitativos, que instrumentalizam as ações do pesquisador. Um primeiro passo é lembrar a importância do trabalho de campo (em inglês utiliza-se a palavra *survey*) para se obter, empiricamente, dados quantitativos por meio de questionários ou dados qualitativos por meio da observação ou de entrevistas junto às pessoas de um lugar, sejam elas os cidadãos de maneira geral ou agentes bem-informados. A partir da primeira abordagem do lugar, outros recursos podem auxiliar na apropriação da informação geográfica. Uma técnica importante que faz parte de uma metodologia para a Geografia é a elaboração de um banco de dados que pode conter informações sobre CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) para indicar não apenas a densidade (lembrando as “antigas” plantas funcionais das cidades, principalmente pequenas), mas o “movimento” nos negócios da cidade (firmas que são abertas, firmas que são fechadas, ramos de atividades, densidades em áreas específicas, por exemplo) que se constitui em informação absoluta mas que, lida relativamente, qualifica o espaço urbano em termos de uso do solo, densidade econômica e evolução da área central, desde que tomados dois momentos comparativos. É um recurso que exige domínio de informática, mas pode elucidar situações, tendências e padrões, sem chegar a modelos herméticos, utilizando o recurso da cartografia (Chatel et al., 2022) que, por sua vez, permite a representação da informação geográfica por meio da elaboração de mapas, cartogramas, gráficos, quadros e tabelas.

Há outros recursos metodológicos. Um primeiro deles são os percursos acompanhados casa-trabalho-casa para se apreender a mobilidade urbana e as experiências das pessoas (Jesus et al., 2022, pp. 149-172). O grupo focal leva à produção da fala em debate para se “compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos” (Gondim, 2003, p. 151, *apud* Turra Neto et alii, 2022, p. 23). As entrevistas permitem a interação entre o pesquisador e o entrevistado, de modo crítico, levando à síntese do entendimento de grupos sociais e da cidade (Góes et al., 2022, pp. 71-122). A netnografia “consiste tanto em análise de discursos, de conteúdo e de redes das mídias digitais, sejam eles *blogs*, *fanpages* ou fóruns de discussão, como também na imersão e no desenvolvimento de relações mais próximas entre o pesquisador e o colaborador em redes sociais virtuais” (Bernardes et al., 2022, p. 247). Esses recursos metodológicos podem ser utilizados dependendo da decisão do pesquisador: se se quer trabalhar com dados (a informação geográfica por sua manifestação quantitativa) ou com informações qualitativas para buscar o conteúdo da cidade pequena por meio de seus atributos.

Para terminar este texto, lembro da importância de se realizar estudos comparativos. Embora se tenha dissertado sobre o método comparativo (Brandão, 2012), considero como métodos três vertentes para a produção do conhecimento, que são os métodos analítico-dialético, hipotético-dedutivo e fenomenológico-hermenêutico. A análise comparativa permite os movimentos de indução e dedução do pensamento para se produzir conhecimento por meio de analogia, similaridade ou contraste, como meio de “identificar novos descobrimentos ou ressaltar o peculiar; e sistematizar, enfatizando a diferença” (Brandão, 2012, p. 170). Esses procedimentos permitem captar as diferenças e semelhanças entre as cidades (pequenas, no caso deste texto), articular o singular ao universal por meio das particularidades, estabelecer parâmetros para as formulações, análise e explicação do fenômeno. O caráter variável das cidades como elementos do espaço geográfico pode ser

apreendido pelas comparações, separações e integrações dos fenômenos. Com isso, a apreensão do movimento (tempo) se concatena ao espaço, estes como categoria e como conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendi, neste texto, esgotar as perguntas, as respostas e as diferentes metodologias para se estudar as cidades pequenas. Muitas observações aqui apresentadas podem ser utilizadas em estudos de outros objetos e dimensões, mas procurei enfatizar os elementos teóricos, metodológicos e exemplos empíricos no universo das cidades pequenas que, como foi alertado no início, forma um conjunto imenso dos municípios que fazem parte da rede urbana e têm suas identidades, suas histórias, seus movimentos no tempo marcados pelo crescimento e pela perda de população e da importância econômica, pelo papel na dinâmica regional, enfim, pela própria existência.

O método é importante para uma investigação científica. As categorias, como essências ideais da realidade, e os conceitos, conjunto de conhecimentos que são base das teorias, também são essenciais para o universo das cidades pequenas.

As técnicas que compõem o conjunto metodológico que, seguido em seu ritmo, componente e análise, levam à elaboração da informação geográfica que sustenta a interpretação da realidade na relação sociedade-natureza que, nas cidades pequenas, ficam evidentes na forma e em seus conteúdos.

Essas orientações não podem, no entanto, ser focados isoladamente, mas devem ser articulados entre si, no tempo e no espaço, com acuidade do pesquisador, para que ele não negligencie nenhum dos elementos necessários para se produzir o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

Bartoli, E.; Costa, S. M. F. da; Montoia, G. R. M. (2024). Dos urbano-ribeirinhos ao ribeirurbanos: metodologias inovadoras para análise das cidades pequenas na Amazônia. In P. H. C. Fernandes, J. dos R. de Souza; I. S. de França, & A. M. Endlich (orgs.). *Reflexões geográficas sobre as pequenas cidades brasileiras* (pp. 41-62). Perfil Editora.

Bernardes, A. H., Silva, C. H. C. da., Furini, L. A., & Sobreiro Filho, J. (2022). Netnografia e análise de redes sociais: metodologias de pesquisa para o entendimento da fragmentação socioespacial. In E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 233-274). Consequência.

Brandão, P. B. (2012). Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográfico. *Geotextos*, 8(1), 167-185.

Camagni, R. (2005). *Economía urbana*. Antoni Bosch.

Casari, C. C. (2024). Importância da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para a economia local e regional. In P. H. C. Fernandes, J. dos R. de Souza; I. S. de França, & A. M. Endlich (orgs.). *Reflexões geográficas sobre as pequenas cidades*

brasileiras (pp.133-153.). Perfil Editora.

Catelan, M. J. (2013). *Heterarquia urbana*. Cultura Acadêmica.

Chatel, C., Miyazaki, V. K., Texeira, V. M. L., & Sposito, E. S. (2022). Representação cartográfica da fragmentação. In E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 325-383). Consequência.

Cheptulin, A. (1982). *A dialética materialista: Categorias e leis da dialética*. Alfa-Ômega.

Claudino, G. dos S., & Sposito, E. S. (2024). *O método fenomenológico-ontológico-estrutural: A contribuição de Armando Corrêa da Silva para o pensamento geográfico* (texto inédito).

Góes, E. M., Sposito, M. E. B., Milani, P. H., Catadão, I., Magrini, M. A. de O., Santos, R. R. dos., & Souza, M. V. M. (2022). Entrevistas com cidadão: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 71-122). Consequência.

Jesus, P. M. de; Catelan, M. J. V. & Calixto, M. J. M. (2022). Percursos acompanhados casa-trabalho-casa. Perspectivas e construção metodológica. In E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp.149-172). Consequência.

Poder360. (2023a, 28, junho). *Mapa do Brasil mostra: em azul estão as cidades que registraram crescimento populacional; em vermelho estão as que "encolheram" de 2010 a 2022*. <https://www.poder360.com.br/brasil/populacao-cresce-em-3-165-municipios-e-cai-em-2-397/>

Poder360. (2023b, 28 junho). Saiba quais são as 10 cidades que mais cresceram no Brasil em 12 anos <https://www.poder360.com.br/brasil/saiba-quais-sao-as-10-cidades-que-mais-cresceram-no-brasil-em-12-anos/>

Poder360. (2023c, 1 julho). 70,6% das cidades do Brasil têm até 20.000 habitantes. <https://www.poder360.com.br/brasil/706-das-cidades-do-brasil-tem-ate-20-000-habitantes/>

Santos, M. (1985). *Espaço e método* (5a. ed.). Edusp.

Santos, M. (1979). *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Francisco Alves.

Santos, M. (1977). Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, 54, 81-99.

Silva, A. C. (1982). Teoria e Método da pesquisa em Geografia. *Borrador: Teoria e método da geografia*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, (n. 1), 19-25.

Silveira, M. L. (2016). Constitución de los circuitos de la economía urbana en la globalización. *Revista Universitaria de Geografía*, 25(2), 79-102.

Silveira, R. L. L., Faccin, C. R., & Detoni, L. P. (2024). Pequenas cidades, rede urbana e desenvolvimento regional na Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado. In P. H. C. Fernandes, J. dos R. de Souza; I. S. de França, & A. M. Endlich (orgs.). *Reflexões geográficas sobre as pequenas cidades brasileiras* (pp. 173-191). Perfil Editora.

Sposito, E. S. (2023). A teoria dos dois circuitos da Economia Urbana. In E. S. Sposito, & G. dos S. Claudino. *Teorias na Geografia: Mundos possíveis*. (pp. 439-455). Consequência.

Sposito, E. S. (2020). Elogio da teoria, do método e da ciência. In E. S. Sposito, & G. dos S. Claudino. *Teorias na Geografia. Análise crítica do pensamento geográfico*. (pp. 17-43). Consequência.

Sposito, E. S. (2004). *Filosofia e Geografia*. Editora UNESP.

Sposito, E. S. (1990). *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. doi:10.11606/T.8.1990.tde-09122022-135921.

Sposito, E. S., Silva, P. F. J. da. (2013). *Cidades pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Paco Editorial.

Sposito, M. E. B. (2009). *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. FASE.

Turra Neto, N. Sposito, M. E., Magrini, M. A., & Bernardes, A. H. (2022). Grupo focal na análise da fragmentação socioespacial. E. M. Góes, & E. S. Melazzo (orgs.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 23-70). Consequência.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao CNPq. Como sou bolsista produtividade 1B, tenho trabalhado com cidades médias e pequenas, sempre com a preocupação de tratar o método e as metodologias de pesquisa como temas de reflexão.